

SOBRE OS “PÉS DE CHINELO” E A POSSIBILIDADE DE MUDANÇA¹

Anne Line Dalsgård

Todo mundo os conhece. São sandálias de borracha simples que vêm em uma variedade de cores e que se usam muito na praia. Na Dinamarca, são chamados de *Klip-Klappere*; no Brasil, chamam-se *chinelos*, e lá, bem como aqui, são usados, nas horas de descanso e durante as férias, por pessoas que, na maioria do tempo, usam sapatos fechados ou sandálias de couro. O leitor brasileiro, no entanto, também sabe que, no Brasil, existem muitas pessoas que, no dia a dia, não têm outro tipo de calçado a não ser os *chinelos*. Este artigo é sobre ser um deles – um “pé de chinelo”. Também trata do uso de narrativas em um texto antropológico, sobre a capacidade especial da narrativa de chamar à reflexão e sobre o potencial de mudança social que ela implica².

O artigo está baseado num projeto de doutorado que incluiu 11 meses de trabalho de campo na Área Metropolitana do Recife, entre os anos de 1997 e 2000. O foco do meu estudo foi o uso da esterilização feminina e as razões pelas quais as mulheres de baixa renda aceitam, ou até frequentemente desejam, se submeter a esse tipo de cirurgia. Durante meu trabalho de campo, vivi longos períodos com meu marido e meus filhos num bairro popular em Camaragibe. Entrevistei 12 mulheres jovens grávidas, duas ou três vezes cada uma (entre elas, Evinha, que aparecerá algumas vezes neste relato), 28 mulheres esterilizadas, seis mulheres idosas (todas avós) e também alguns de meus contatos pessoais –

¹ Tradução: Anita Thomsen Luciano.

² O artigo se aproxima, em parte, do capítulo “Storytelling and Critique”, do antropólogo Michael Jackson, no qual ele, entre outras coisas, desenvolve o conceito de “judgment”, de Hannah Arendt, e o relaciona ao projeto antropológico (Jackson, 2002, pp. 251 a 266).

amigos, vizinhos ou outros conhecidos (entre eles, Sônia e Neide, também mencionadas neste artigo). Com a ajuda de Josenita Duda, moradora do bairro, que trabalhou comigo na pesquisa, também apliquei um questionário descritivo em 192 mulheres que haviam tido filhos nos últimos dois anos. Visitei três hospitais públicos (dois dias inteiros em cada hospital) para observar a praxis do parto (ao todo 3 cesáreas, 6 partos normais e muitas mulheres em trabalho de parto). Um último questionário sobre idade, número de filhos e condição quanto à esterilização foi aplicado a 1762 mulheres na área, para estabelecer a prevalência da esterilização em geral e entre as gerações (ver Dalsgaard, 2006).

Prelúdio

Uma noite, eu estava folheando um livro. Não me lembro exatamente por que eu estava olhando esse livro específico. Na época, estava trabalhando na minha tese de doutorado sobre a esterilização de mulheres em Recife, e o livro em minhas mãos não tinha absolutamente nada a ver com este assunto que, durante meses, já havia sido minha obsessão, meu prazer e meu tormento. Um pedaço de papel caiu do livro. Era uma cópia de uma página de um livro – cortada de tal forma que o papel, originalmente de tamanho A4, tinha exatamente o mesmo formato que as demais páginas do livro. Meu olhar foi capturado por um parágrafo no meio da página:

Esta manhã, não havia nenhuma nuvem no céu, o sol chegou ao vale e tudo se alegrou, menos o Homem. O Homem olhava para este mundo maravilhoso e continuava com seu trabalho, com suas dores e alegrias passageiras. Ele não se dava o tempo de contemplar; ele estava demasiadamente ocupado com seus problemas, suas angústias, sua veemência. Ele não vê as árvores e, por isso, também não enxerga sua própria fadiga e trabalho árduo. Quando ele é forçado a olhar, ele despedaça aquilo que vê, o que ele chama de análise, ele foge ou não quer enxergar. Na arte de contemplar está o milagre da mudança, a mudança daquilo “que é”. Aquilo que “deveria ser”, nunca é. Há uma imensa mística na arte de contemplar.

Desde então, eu tenho voltado a esse texto de tempos em tempos. As questões sobre de onde veio este pedaço de papel e como ele foi parar no meu livro são insignificantes, porém, outras perguntas se impõem. Em que consiste “a arte de contemplar”? E em que consiste a mudança? Aquilo “que é” muda ao ser “visto” e, com isso, toma forma para “a pessoa que contempla”? O “olhar” deve ser entendido como uma relação, um reconhecimento de uma existência mútua, em que tanto o que olha como aquele que é olhado se transformam? Em

caso afirmativo, aquilo “que deveria ser” nunca é porque somente existe na qualidade de uma possível mudança daquilo “que é”?

O país dos contrastes

O “pé de chinelo” pertence a uma sociedade impregnada de desigualdades econômicas. Educação, saúde, condições de moradia, acesso ao lazer, a bens de consumo, ao reconhecimento social – as diferenças entre o rico e o pobre no Brasil são muito evidentes para quem vem de fora, como eu. O bombardeio diário de propagandas de todo tipo de produtos torna agudo o contraste entre o poder aquisitivo e a impotência. Ele cria autoimagens de inferioridade e de uma classe social de segunda categoria entre as pessoas pobres, como Neide, que, certo dia, suspirou e disse a mim: “Se eu tivesse dinheiro, um emprego, para que eu pudesse dar um jeito em mim mesma, eu não seria do jeito que eu sou. Eu seria diferente. Eu teria valor. Eu seria mais bonita, porque eu poderia usar cremes para minha pele. Eu poderia ser uma mulher interessante. Mas do jeito que eu sou...?”

Neide sentia que a poeira das paredes toscas da sua casa se assentava na sua pele, tornando-a cinza e desinteressante; que seu corpo carregava marcas da pobreza que ela não era capaz de apagar. Pés que diariamente calçam *chinelos* também carregam sinais de pobreza. Eles ficam largos, queimados e sarnentos. Este fato fica ainda mais cruel quando a pobreza ao mesmo tempo é associada à ignorância e à falta de controle de sua própria sexualidade, fertilidade e filhos, como tão frequentemente observei em meu trabalho de campo (Dalsgaard, 2006). Para dar apenas um exemplo, quando, em 1997, passei alguns dias em um dos maiores hospitais em Recife para observar os partos e cesarianas, em várias ocasiões ouvi comentários humorísticos do gênero: “Ah, seu marido não trabalha; ele só sabe fazer filhos, hein?” “Teremos que cortar, tá? O buraco está muito pequeno. Se não, como é que o bebê vai sair? Você nunca viu, né? Então, vá para casa e se olhe num espelho.”

Os comentários foram feitos em situações já marcadas pela desigualdade. As mulheres estavam com contrações, vestidas com os aventais gastos do hospital, e muitas delas tinham sido privadas da dentadura que usavam no dia a dia. Em muitos casos, os funcionários do hospital estavam vestidos com sua própria roupa branca, alguns usavam relógios e jóias e muitas das funcionárias usavam batom. Vinham e iam conforme a necessidade, sem qualquer tipo de apresentação e não pediam permissão antes de examinar as mulheres.

Durante minha estadia na maternidade, certa hora eu conversei com um médico que me contou sobre sua participação em um curso organizado por

feministas sobre melhores cuidados nas maternidades. Por sua iniciativa, conversamos sobre a necessidade de dar atenção à parturiente e ao bebê, sobre a importância de colocar o bebê no colo da mãe, logo após o parto, e sobre o empenho por parte do hospital de incentivar à amamentação. Durante a conversa, uma enfermeira passou por nós acompanhando uma mulher que estava com fortes contrações. O médico e eu seguimos atrás delas para a sala de parto onde a mulher já estava deitada na cama. Ela tirou os chinelos com o pé e tentou posicioná-los de forma bonita no chão em baixo da cama, enquanto os funcionários a deitaram na cama com as pernas apoiadas nas perneiras. “Elas estão tão preocupadas com aquelas sandálias idiotas”, o médico disse em tom humorístico a mim e às enfermeiras circunstantes. No mundo dele, este tipo de sandálias provavelmente era barato e só usado na praia. Pensei na Evinha, que tinha dado à luz a sua filha na semana anterior no mesmo hospital. Evinha, uma mulher de pouco mais de 20 anos e recém-casada, foi levada ao hospital pela sua mãe e por mim, a antropóloga. Ela tinha comprado seus chinelos especialmente para a ocasião e tinha partido para o hospital levando sua bolsa com uma camisola e sabonete, da forma mais respeitável possível. Aparentemente, o médico não compreendeu a importância dos chinelos. Ele e as enfermeiras riram uns para os outros, enquanto os pés sarnentos da mulher estavam apoiados nas perneiras.

Participação antropológica

Pode haver situações durante uma pesquisa em campo em que a tentativa do antropólogo de conter a totalidade e suspender julgamentos imediatos quase chega a doer. Situações em que você, com o entusiasmo de um pesquisador em campo, ao conduzir uma observação participante, se encontra no meio de algo sobre o que você não tem controle e que, de certa forma, gostaria de ter evitado. O projeto antropológico trata de descrever aquilo que é, e não aquilo que deveria ter sido (Wolcott, 1999, p. 181). Entretanto, aquilo que é pode, às vezes, parecer insuportável. Na situação acima mencionada, do hospital, eu tive a escolha entre rir ou não rir. Eu tive a escolha entre segurar uma mão procurando por reconhecimento ou não segurá-la. O que eu escolhi talvez tenha tido valor para a parturiente, mas, mesmo assim, a sensação de impotência era tremenda, quando eu deixei a sala de parto junto ao médico. Eu não estava em condição de interferir no estado das coisas – eu apenas estava no meio dos acontecimentos. Eu via os mundos das diferentes pessoas se entrelaçarem sem que eles se unissem, e minhas próprias saudades de casa aumentavam sem que eu pudesse compartilhá-las com ninguém na sala. Como os funcionários, eu também usava máscara e a sensação da minha respiração dentro da máscara acentuou a sensação de ser uma testemunha estranha a tudo, inclusive à minha própria participação.

Já no começo do meu trabalho em campo, fui posicionada em um espaço altamente politizado, uma vez que meu primeiro contato era a eloquente organização feminista SOS Corpo, que tem grande peso político. A justificativa do projeto político das feministas brasileiras é evidente e, muitas vezes, eu ficava sem ação frente a ele. Eu tinha minhas ambições acadêmicas que se originavam em um desejo de “apenas entender”, que em vários sentidos era ingênuo, e fiquei sem palavras toda vez que se falava da aplicabilidade do meu estudo. Só com o tempo – depois de várias situações como aquela no hospital – eu comecei a entender que a “aceitação relativamente não-julgadora” do antropólogo (Stacey, 1991, p. 117) pode ter um papel importante, embora não central, em processos políticos.

As pessoas ao meu redor me falavam de “direitos” e “respeito”, mas os direitos são vazios para uma pessoa que não é reconhecida no seu mundo imediato, e reconhecimento não é algo que se recebe uma vez por todas; é uma relação que precisa ser constantemente renovada³. A compreensão do antropólogo da diversidade dos pontos de vista e da imobilidade do indivíduo dentro de sua própria história parece exercer um papel em tal renovação. Por isso, resolvi descrever as pessoas no centro dos meus estudos em toda sua humanidade – caminhando pela vida, “enquanto estão atormentadas por decisões, cometem erros, se esforçam para causar uma boa impressão, suportam tragédias e perdas pessoais, gostam de outras pessoas e encontram momentos de felicidade” (Abu-Lughod, 1991, p. 158⁴). Eu escrevia na esperança de que a descrição tivesse o poder da mudança. Que ela, através de um olhar mais amplo da experiência humana, pudesse mudar aquilo que é, a incerteza, para aquilo que deveria ser, o reconhecimento, e que meu trabalho – que se originava da minha própria posição de excluída e da minha impotência enquanto participante – desta maneira pudesse apoiar e complementar o trabalho político que ainda está a ser feito no Brasil.

No entanto, querer mudar aquilo que é, através da mera descrição, implica em exigências especiais à narrativa antropológica. Ela não deve somente transmitir

³ O fato de que aquilo que se diz e aquilo que se faz nem sempre andam juntos é uma verdade antiga, mas, mesmo assim, talvez o Brasil seja um caso à parte a este respeito. O Brasil foi caracterizado como uma sociedade que frequentemente sofre de “a confusão das palavras e das ações, aspirações e conquistas – em outras palavras, verbalismo junto com uma falta de realismo político” (Rodriguez, 1967 apud Sheriff, 2001, p. 222). Em outro lugar: “A cidadania brasileira é disjuntiva porque, embora Brasil seja uma democracia política e embora os direitos sociais estão razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados” (Caldeira 2000, p. 339).

⁴ Todas as traduções incluídas neste texto são de minha autoria.

informação e incentivar à reflexão intelectual, mas sim, deverá necessariamente envolver o leitor naquilo que ela descreve. Além disso, ela deve ser narrada de tal forma que leitores fora do mundo acadêmico também a achem relevante e convincente.

A narrativa enquanto ferramenta

Narrativas do campo sempre fizeram parte da prática antropológica. Pode-se até dizer que a narrativa é uma condição básica para a descrição etnográfica (Bruner, 1986). Mas se este for o caso, a narrativa vem em muitas formas. Há narrativas que proporcionam um retrato prosaico da realidade estudada, praticamente sem levar em consideração o papel do pesquisador de campo na produção do retrato. Existem narrativas que focalizam o pesquisador de campo mais do que o objeto de estudo. E também existem narrativas que descrevem os momentos cruciais durante o trabalho em campo e que, desta forma, mostram partes do processo do trabalho de campo. Estes tipos de narrativa muitas vezes estão representados no mesmo texto e acabam se complementando da melhor forma possível (Van Maanen, 1988). Este artigo, no entanto, trata somente de narrativas da última categoria mencionada. Este tipo de narrativa tem várias características em comum com a narrativa oral, principalmente o fato de que ela está sempre claramente “situada”: ela tem um narrador e um público, e não tenta esconder este fato (Abu-Lughod, 1993, p. 15). Também não tenta esconder o fato de que o narrador quer fazer algo com seu público, a saber, compartilhar uma experiência.

Com ênfase no processo do trabalho em campo, e não no antropólogo ou no campo em si, a narrativa tem como objetivo epistemológico unir “o sujeito compreendedor” com aquilo que é compreendido. A intenção não é explicar ao leitor como se deve entender a experiência, mas, sim, através da descrição de impressões, mostrar a experiência ao leitor, do jeito que ela foi sentida. Desta forma, o leitor também é envolvido na função de “sujeito compreendedor” (Van Maanen, 1988, p.102-3). Naturalmente, o leitor nunca poderá sentir aquilo que o antropólogo sentiu. Recordar consiste em um tipo específico de experiência, composta de impressões selecionadas, enquanto experiências atuais são compostas de uma série de percepções visuais, sons, sentimentos, esforços físicos e reações minúsculas. A memória peneira este material e o representa na narrativa como um extrato de passado vivido – muitas vezes, com uma intensidade e uma presença que a experiência do momento presente raramente possui (Langer, 1953, pp. 262-263). Assim sendo, o leitor não sente a experiência da mesma maneira que o antropólogo, mas toma parte naquelas impressões que, para o narrador, aparentam ser as mais importantes.

A estória, entretanto, só se completa no leitor, uma vez que é no leitor que os fragmentos da estória se reúnem para formar um todo. Seu ponto forte é justamente isso. “Estórias caminham como os animais ou os homens”, como escreve John Berger, “e seus passos não são só dados entre os eventos narrados, mas, sim, entre todas as frases, às vezes até entre cada palavra. Cada passo significa transpor algo não dito” (Berger, 1982, pp. 284-285). O verdadeiro suspense em uma narrativa não está tanto no enredo em si, isto é, nas especulações sobre “como será que termina”, mas, sim, nos espaços entre os passos. O narrador depende do leitor para criar as imagens que unem os fragmentos (Berger, 1982, pp. 284-285). Assim, o narrador envolve o leitor que, por sua vez, deve utilizar sua própria experiência e imaginação para acompanhar o narrador, e – se o leitor o deixar – a estória ganha vida e conteúdo no leitor, que é o que falta em descrições meramente baseadas em sabedoria e explicações (Benjamin, 1968, p. 89).

Na narrativa abaixo sobre Sônia, eu utilizei um fragmento de uma entrevista realizada com ela na casa de Josenita, uma anotação de um diário do dia em que ela me mostrou seus sapatos e uma descrição de um dos nossos encontros, que eram muitos, e que pareciam todos tão iguais que eu não lembrava mais se as coisas, de fato, tinham acontecido exatamente naquele dia.

Pés de chinelo

Um dia, eu estava sentada junto a Sônia no chão gelado na casa de Josenita. Eu estava esperando Josenita; Sônia tinha passado para dar um alô. Aparentemente, ela só queria sair um pouco de casa, fugir da louça, da roupa suja e das exigências do marido e dos filhos. Parecia que tínhamos todo o tempo do mundo, então, retomamos a nossa conversa de sempre sobre as mulheres, a pobreza, sobre o interesse de Sônia pelo espiritismo, entre muitas outras coisas. Sônia acendeu um cigarro do pacote que ela costumava guardar debaixo do elástico de seus *shorts*. Era uma tarde quente e preguiçosa. De repente, lembrei que eu tinha que perguntar-lhe sobre o significado de ser um “pé de chinelo”. Eu já tinha ouvido pessoas do bairro se definirem assim. Como sempre, perguntava a Sônia quando eu precisava de uma explicação. Eu gostava da maneira como ela encarava as coisas; ela era pragmática, séria e profundamente envolvida. Depois de algumas tragadas no cigarro, ela começou a falar:

Sônia: Se a gente vai à cidade, a gente não entra em todo canto, em todas lojas, porque se entra, você vai ser muito olhado, porque pode ser um pessoa que vai roubar. Às vezes a pessoa vai somente porque acha bonito, aí vai conhecer.... aí, eu entrei numa loja, mas é muito bonito, tanta coisa

bonita! Mas aqueles que tão lá dentro, eles já ficam cismado, porque é um pobre, um pé de chinelo, e tá com medo.... porque ali só entra a sociedade, os grã-finos, e até os grã-finos ficam assim. Não se sentem bem porque entrou um pobre naquela loja. Nos hospitais é a mesma coisa. Quando chega uma pessoa mais chique ele é bem tratado, as enfermeiras, os médicos, eles tratam mais com carinho, mas quando chega um pobre é gritando. Fica morrendo lá à míngua, até quando eles tiver tempo, quando eles bem quiser. Às vezes eles estão de bate papo em cozinha, ou então numa sala no bate papo, aí chega aquele morrendo, mas como é um pé de chileno eles nem ligam.

Line: “Pé de chinelo” é o que?

Sônia: É a gente analfabeta (risos)

Line: “Pé” eu sei o que é, mas “chinelo” é o que?

Sônia: É sandália. Mas quando chega o salto, né? O pé de chinelo é o pobre, e a sociedade é o salto, aí quando chega o salto todo mundo corre, todo mundo é bem tratado, todo mundo é bem recebido, é boas conversas. E o pé de chinelo...? “Quando eu tiver tempo eu vou lá”

Não admira que um dia Sônia tenha caído na tentação e comprado um par de sapatos de salto alto para uma festa. Ela os mostrou para mim uma tarde quando estávamos na sua sala conversando. Para economizar o dinheiro do ônibus, comprou-os de um vendedor que foi à sua casa, pelo dobro do preço das lojas do centro. Eram baratos, de plástico, insuportáveis para pés largos como os seus, acostumados à liberdade do chinelo. Vi a amargura no olhar de Sônia ao me contar tudo isso – a orgulhosa Sônia, que sempre lutava para manter sua dignidade. Ela não podia admitir que fora enganada, mas acho que tinha consciência disso. Enganada por seu sonho de ser respeitável. Ela teve de tirar os sapatos antes mesmo de chegar ao ponto do ônibus, no dia em que a família foi à festa.

Uma possibilidade de mudança

Foram os pés de Sônia, antes de qualquer coisa, que me fizeram entender por que a esterilização é tão cobiçada entre as mulheres pobres no Brasil. Pés largos é uma metáfora para a classe social de segunda categoria; uma metáfora para a manifestação da sensação de união, uma sensação de “this is that” (Jackson, 1989, p.142), tão real quanto imperativa. Ter pés largos significa ter muitos filhos, pouca formação, casas ruins, falta de planejamento e todas as outras coisas que se associam à pobreza. A esterilização é um dos únicos meios disponíveis para aquelas que desejam mudar suas vidas. Ter menos filhos implica em menores despesas para a casa; menos filhos possibilita à mulher trabalhar; menos filhos por si só é sinal de que você é uma pessoa responsável, capaz de estruturar sua própria vida. A esterilização enquanto saída da pobreza torna-se o oposto dos pés largos, a anulação de sua imperatividade e poder.

Para descrever minha experiência desta relação metamórfica entre o “eu”, pés e esterilização, eu contei histórias. Eu poderia ter descrito a desigualdade social na sociedade brasileira de um ponto de vista mais amplo, fazendo uso de estatísticas, mas aí eu não poderia ter compartilhado com meu leitor aquele momento em que me encontrava, envergonhada, no meio das risadas em um hospital, sem poder fazer nada para mudar a situação. Ou aquele momento em que Sônia colocou os sapatos na caixa, cuidadosamente embrulhados em papel de seda, e os colocou de volta ao armário – eles tinham custado uma fortuna. Ambos são momentos do meu trabalho em campo em que a compreensão emergiu; eu tentei descrever aqueles momentos de tal forma que o leitor possa compreender junto comigo.

Contar histórias do campo implica, claramente, em renunciar ao direito de descrever a verdade na esperança de conseguir proporcionar a compreensão. O posicionamento é a condição comum para todos os antropólogos, porém, para a narrativa, esta condição é sua razão de ser. Nada existiria se ninguém – se o leitor – não tivesse estado presente com seus sentidos, sentimentos e pensamentos. No campo de experiência do leitor, não existe apenas um mundo, mas também a pessoa que o contemplou – o antropólogo –, e será papel do leitor criar uma imagem da relação entre campo, antropólogo e texto. A autoridade da narrativa depende do leitor aceitar a história como algo que *poderia* ter acontecido. Isso implica que a narrativa deve satisfazer certos padrões de escrita, como coerência, honestidade, respeito, experiência de vida e probabilidade (Van Maanen, 1988, p. 33). Trata-se de padrões literários que tornam a narrativa mais adequada a um público muito mais abrangente que o círculo de colegas de profissão. Também é graças a esses padrões que este público, e não somente os colegas acadêmicos, pode julgar se foi atingido (Van Maanen, 1988, p. 33).

Com um pouco de sorte, a narrativa consegue transmitir a sensação da situação narrada. Uma vez que o leitor se apóia nas suas próprias experiências para formar uma imagem do narrado, a compreensão do narrado torna-se, potencialmente, tão rica e equívoca quanto as próprias experiências. A narrativa *não pode* explicar e generalizar, tampouco pode incentivar mudanças políticas. Ela não se reporta àquilo que deveria ser, mas, sim, àquilo que é. Porém, através de uma compreensão mais ampla daquilo que é – ver sem despedaçar ou fugir – a narrativa talvez possa provocar mudanças. Ela pode mudar a nossa relação com aquilo que nós, enquanto leitores, acreditamos saber o que é. Ela pode chamar à reflexão.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. Writing Against Culture. In: FOX, Richard G. (ed.). **Recapturing Anthropology**. Working in the Present. Santa Fé, Nova México: School of American Research Press, 1991, pp.137-54, 161-2.
- _____. **Writing Women's Worlds: Bedouin Stories**. Berkeley: University of California Press, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **Illuminations**. Nova Iorque: Schocken Books, 1968.
- BERGER, John. Stories. In: _____; MOHR, Jean. **Another Way of Telling**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1982.
- BRUNER, Edward M. Ethnography as Narrative. In: TURNER, Victor T.; BRUNER, Edward M. (ed.) **The Anthropology of Experience**. Urbana: University of Illinois Press, 1986.
- CALDEIRA, Teresa P.R. **City of Walls**. Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo. Berkely: University of California Press, 2000.
- DALSGAARD, Anne Line. **Vida e Esperanças**. Esterilização Feminina no Nordeste do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- JACKSON, Michael. **Paths Towards a Clearing**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1989.
- _____. **The Politics of Storytelling: Violence, Transgression and Intersubjectivity**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2002.
- LANGER, Susanne K. **Feeling and Form**. Nova Iorque: Charles Scribner's sons, 1953.
- STACEY, Judith. Can there be a feminist ethnography? In: GLUCK, Sherna B.; PATAI, Daphne (ed.). **Women's Words**. The Feminist Practice of Oral History. Londres: Routledge, 1991.
- VAN MAANEN, John. **Tales of the Field: On Writing Ethnography**. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- WOLCOTT, Harry F. **Ethnography**. A Way of Seeing. Londres: AltaMira Press, 1999.

Resumo

O artigo tem um duplo foco, uma vez que ele descreve tanto a inferioridade experimentada pelos brasileiros de classes baixas e o papel particular da narrativa na comunicação dos insights antropológicos. Ambos os aspectos do artigo se relacionam através do uso de histórias (aqui definidas como relatos de momentos particularmente reveladores no trabalho de campo) na descrição de uma relação metafórica entre pés descalços, pobreza e cidadania de segunda classe.

Palavras-chave: antropologia, pobreza, Brasil, crítica, narrativas.

Abstract

The article has a double focus as it describes both the inferiority experienced by lower-class Brazilians and the particular role of storytelling in the communication of anthropological insights. The two aspects of the article are related through the use of stories (here defined as recounts of particularly revealing moments during fieldwork) in the description of a metaphorical relationship between broad feet, poverty and second-class citizenship.

Keywords: anthropology, poverty, Brazil, critique, story-telling.